

**OS EFEITOS DO DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL
SOBRE A INOVAÇÃO NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

**THE EFFECTS OF INTELLECTUAL PROPERTY RIGHTS
ON INNOVATION IN LATIN AMERICAN COUNTRIES: A
SYSTEMATIC REVIEW**

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.13059/RACEF.V14I3.933](http://dx.doi.org/10.13059/RACEF.V14I3.933)

Fabiane Fidelis Querino

fabianequerino@hotmail.com

Universidade Federal de Lavras

Cristina Lelis Leal Calegario

ccalegario@ufla.br

Universidade Federal de Lavras

Data de envio do artigo: 19 de Janeiro de 2022.

Data de aceite: 12 de Setembro de 2023.

Resumo: O objetivo deste trabalho é descrever a literatura existente a respeito destes efeitos de modo a identificar as teorias abordadas, os métodos empregados e os principais achados de pesquisa. Utilizou-se do método qualitativo de revisão sistemática da literatura. Foram analisados 60 artigos disponíveis nas bases Web of Science, Scopus, Emerald e Taylor & Francis. Os resultados mostram que, após a adesão dos países latino-americanos ao acordo TRIPS que institui padrões mínimos de DPI, a literatura retrata que houve um progresso na inovação e no desenvolvimento de patentes nesses países. A literatura aponta, que o progresso na inovação está ocorrendo tanto pela intensificação e ampliação do setor tecnológico quanto pelo estímulo para a ampliação do capital humano qualificado. Além disso, foi apontado nos resultados da pesquisa, muitos trabalhos que estão verificando a aplicação do DPI, isso reflete o quanto novas são essas regulamentações nos países latinos. Por fim, o artigo apresenta uma agenda para orientar as pesquisas futuras.

Palavras-chave: Inovação; Direito de Propriedade Intelectual; América Latina; TRIPS; Agenda de Estudos Futuros.

Abstract: *The objective of this work is to describe the existing literature on these effects to identify the theories addressed, the methods used, and the main research findings. The qualitative method of the systematic literature review was used. Sixty articles available in the Web of Science, Scopus, Emerald, and Taylor & Francis databases were analyzed. The results show that, after the accession of Latin American countries to the TRIPS agreement that established minimum IPR standards, the literature portrayed that there was progress in innovation and patent development in these countries. The literature points out that progress in innovation is occurring both through the intensification and expansion of the technology sector and the stimulus for the expansion of qualified human capital. In addition, it was pointed out in the research results, many works that are verifying the application of the DPI, this reflects how new*

these regulations are in Latin countries.

Keywords: *Innovation; Intellectual Property Right; Latin America; TRIPS; Agenda for Future Studies.*

1 INTRODUÇÃO

A inovação é a chave para a determinação do crescimento econômico. Para garantir isso, nos últimos anos após a fundação da Organização Mundial do Comércio (OMC), foram criadas condições favoráveis para o desenvolvimento de inovações e estímulo à competitividade. O desenvolvimento de inovações deve ser combinado com regulamentos que visem proteger o direito de propriedade intelectual. Deste modo, em 1995, foi criado o acordo relacionado com os aspectos comerciais relacionados à propriedade intelectual (TRIPS), onde foram estabelecidos padrões mínimos de proteção para todos os membros da OMC (PISCITELLO; THAKUR-WERNZ, 2023; BARAKAT, 2022; SAGGI; IVUS, 2020).

Segundo o regulamento do TRIPS, todos os países membros da OMC precisam introduzir proteção de patentes, direitos autorais, marcas registradas e processos em todos os setores (KAMIKE, 2020). A introdução do TRIPS criou oportunidades de estratégias centrada na inovação, que ofereceu a oportunidade de monopólio temporário para as empresas que fizessem inovações baseadas em produtos. (CHATTOPADHYAY, 2020).

As economias emergentes se questionavam se a adoção de padrões extremamente rigorosos era apropriada para os países, visto que isso poderia ter implicações mistas para o desenvolvimento econômico e a política social. Para se adaptarem, a OMC estabeleceu que essas economias teriam até o ano 2005 para garantir a proteção dos direitos de propriedade intelectual para os campos tecnológicos. (OMC, 1994)

Há uma concordância de que estes novos acordos influenciam diretamente na entrada de novas empresas no país, além de impactarem na inovação desenvolvida por essas empresas nos

países. No entanto, muito poucos estudos têm abordado a respeito dos efeitos do TRIPS sobre a inovação nos países emergentes (MORRIS et al., 2023; PISCITELLO; THAKUR-WERNZ, 2023; SAMANT et al., 2021; SAHASRANAMAM et al., 2019). Ainda que se observe um esforço na direção de avaliar estas questões relativas à adoção dos padrões mínimos de DPI exigido no acordo TRIPS, os resultados empíricos ainda são bastante restritos e os desafios são maiores quando se trata de países da América Latina. Dessa forma, o problema de pesquisa visa responder: Como os efeitos do direito de propriedade intelectual sobre a inovação nos países da América Latina têm sido retratados pela literatura? A ideia é descrever a literatura existente a respeito destes efeitos de modo a identificar as teorias abordadas, os métodos empregados e os principais achados de pesquisa. Para isso, dividiu-se a amostra em dois períodos, o primeiro englobando os estudos antes da adesão dos países latino-americanos no acordo TRIPS e o segundo após a entrada de metade dos países da América Latina no acordo. A divisão do período de análise se fez necessária, uma vez que os resultados estavam apresentando evidências de mudanças no tratamento dos efeitos do DPI sobre a inovação antes e depois da adesão dos países da América Latina no acordo TRIPS.

Para tratar do assunto proposto, o artigo está estruturado em cinco seções além da introdução. Fez-se uma breve abordagem sobre as definições relacionadas ao direito de propriedade intelectual, bem como seu efeito na inovação. Seguindo para a seção de discussão do método utilizado e a string utilizada para a busca. Na quarta seção são apresentados os resultados da análise da revisão sistemática. Por fim, na quinta seção são apresentadas as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A inovação é o principal meio para o progresso e desenvolvimento da sociedade (SCHUMPETER, 1950). Mas para garantir esse desenvolvimento, as instituições devem

desenvolver um sistema para assegurar a proteção da atividade inovadora (ZHAO, 2006). Quando um inventor desenvolve uma invenção e a coloca no mercado, a invenção se torna um conhecimento público, de modo que alguns agentes podem explorar ilegalmente o conhecimento desenvolvido. A fim de desestimular esse comportamento, o sistema de patentes concede ao investidor um monopólio temporário para recuperar os investimentos feitos durante a criação da invenção (GONZÁLEZ; ELORZAMENG, 2020; CHEN, 2019; KHOURY et al., 2014).

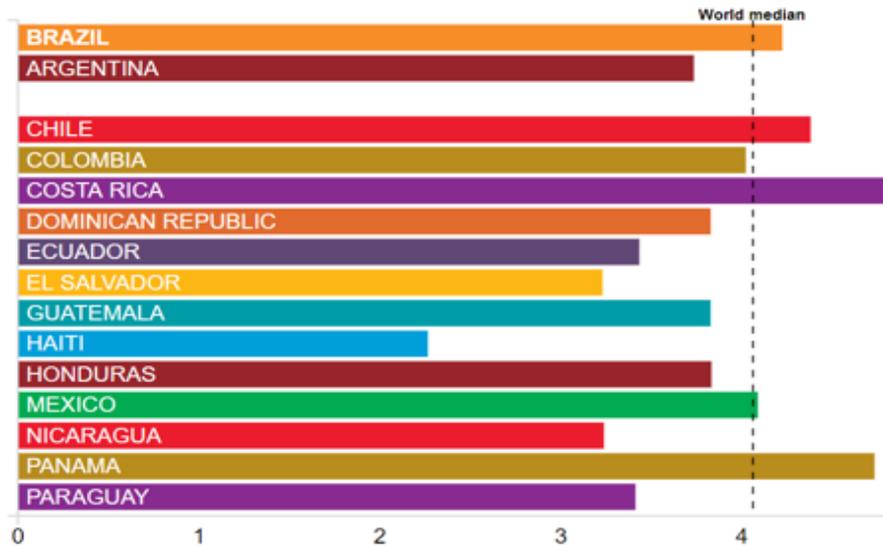
A qualidade da proteção dos DPI está diretamente relacionada com a atividade de patenteamento em um país porque fornece incentivos e proteção para os inventores recuperarem os custos gerados de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e determina o nível de empenho das empresas para realizarem monitoramentos contra a exploração ilegal de suas inovações (DAU et al., 2020; PENG et al., 2017; ZHAO, 2006).

Porém, a inovação não aumenta linearmente com os níveis mais altos de proteção à propriedade intelectual (GRIMALDI et al., 2021). De modo que, em algum momento, níveis mais altos de proteção podem ocasionar a diminuição do processo de inovação. Assim sendo, os direitos de propriedade intelectual são importantes para a instalação de novas firmas em um país, de modo a aumentar a atividade inovativa desenvolvida na região, mas se em determinado local a proteção for insuficiente, as empresas não estarão dispostas a instalarem suas plantas na região, e o mesmo acontece quando a proteção é excessiva (CONTRACTOR et al., 2020). Dessa forma, os DPI são caracterizados como uma barreira artificial à entrada (BRANDER et al., 2017).

Nos países em desenvolvimento, onde os vazios institucionais estão mais presentes, a proteção ao DPI em média é relativamente menor em comparação com os países desenvolvidos (RAZZAQ et al., 2021; KHOURY et al., 2014). Conforme observado na figura 1, dos países latino-americanos, apenas o Brasil, Chile, Costa Rica, México e Panamá, estão acima da

média mundial, conforme o índice desenvolvido pelo Fórum Econômico Mundial que desenvolveu um índice para medir o nível de proteção da propriedade intelectual.

Figura 1: Nível de proteção da propriedade intelectual dos países latino- americanos

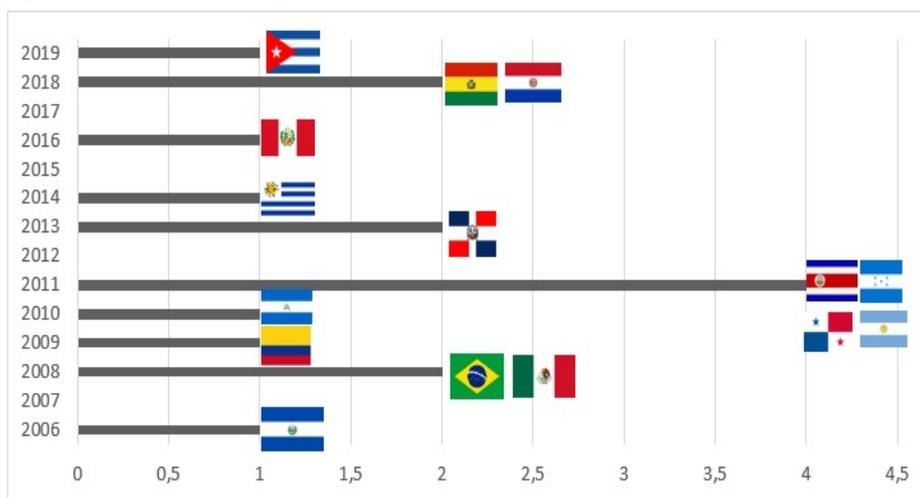


Nota: O eixo horizontal representa o nível de proteção de DPI dos países da América Latina. Os valores variam entre 1 e 7, sendo 7 o nível máximo de proteção de DPI.

Fonte: Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial (2020)

A implementação dos direitos de propriedade intelectual, por meio de reformas institucionais, é considerada benéfica social e economicamente para os países em desenvolvimento (TOMIZAWA et al., 2020). Porém, essas reformas são mais desafiadoras em termos de manutenção de ambientes institucionais para atingir o nível ótimo de DPI. Além disso, o grande desafio de reformas do DPI é motivado pelo incentivo de atrair mais IDE de empresas multinacionais, aumentando assim o fluxo de P&D desenvolvido no país (KHOURY & PENG, 2011). Conforme a regulamentação do TRIPS, os países em desenvolvimento tiveram um prazo para a adequação das normas e leis para se adequarem ao acordo TRIPS, desse modo a entrada no foi simultânea entre os países latinos, conforme a figura 2 (BRASIL, 1994).

Figura 2: Adesão dos países da América Latina ao TRIPS



Fonte: OMC (2020)

De acordo com Khoury e Peng (2011), os países em desenvolvimento que oferecem incentivos relacionados aos DPI para as EMN podem ser capazes de atrair maior fluxo de entrada de IDE. Ainda segundo os autores, esses incentivos não afetam somente as EMN, mas podem incentivar mais proprietários de invenções domésticas a se envolverem em estratégias baseadas na inovação e aumentar os custos relacionados à imitação não autorizada.

Além disso, as empresas multinacionais (EMN) possuem mecanismos alternativos para proteger a propriedade intelectual desenvolvida internamente, portanto, podem se beneficiar ao realizar P&D nos países em desenvolvimento. Essas empresas possuem a capacidade de atuarem em países de fraco DPI, decorrente de sua eficiência na transferência e integração de tecnologias desenvolvidas em vários regimes de DPI. Além disso, as EMN mantêm seus recursos complementares protegidos de modo a alavancar as instituições em países de DPI forte, realizando assim a arbitragem institucional. Desse modo, as EMN buscaram se instalar em economias emergentes, visto que essas possuem um crescimento conjunto de capital humano potencialmente valioso para a P&D (ZHAO, 2006).

3 METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto neste estudo, o método adotado foi a revisão sistemática de literatura, que de acordo com Sampaio e Mancini (2007) esse método é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados as publicações sobre determinado tema com a intenção de disponibilizar um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica. Desse modo, utilizam critérios precisos e rigorosos para identificar, avaliar e sintetizar a literatura (CRONIN et al., 2008).

Além disso, como técnica de exploração dos dados, foi utilizado a análise de conteúdo. Segundo Bardin (2010), a análise de conteúdo pode ser organizada em duas fases, a primeira denominada pré-análise, onde ocorre a

exploração do material e o tratamento, e a segunda fase é a interpretação dos resultados.

A primeira etapa da pesquisa foi selecionar a literatura científica publicada com objetivo de construir uma base de artigos. Para isso foram utilizadas as quatro bases científicas específicas, sendo a Web of Science, Scopus, Emerald e Taylor & Francis Group. A escolha das bases foi devido à abrangência e características quanto a internacionalização das produções científicas para o campo de estudos. Além disso, vale ressaltar que as bases Emerald e Taylor & Francis Group possuem um amplo número de produções que trabalham com países da América Latina.

A busca foi efetuada em março de 2020 através do campo de busca avançada utilizando a string (TÓPICO: ((“Intellectual Property Right” OR “Intellectual Property Law” OR “Intellectual Property Right*”)) AND TÓPICO: ((Innovation OR Innovative OR Productivity)) AND TÓPICO: ((“Latin America” OR “Latin American” OR “Latin Countries” OR “South America” OR “Latin Economies” OR “Latin Firms” OR “Latin Companies” OR Latin*)), que retornou em um total de 877 documentos. Optou-se por restringir os resultados para o tipo de documento “article” e na área de economia, finanças, administração e indústria. Não houve delimitação temporal para a pesquisa.

A próxima etapa consistiu na exportação e armazenamento dos artigos selecionados para o software gerenciador de referências Mendeley. O primeiro passo neste software foi excluir as duplicidades entre os artigos selecionados. Após esse procedimento, restaram 318 artigos. Na sequência, foi realizada a leitura do título, do resumo e das palavras-chave das publicações para excluir aqueles estudos que não se enquadram no escopo deste estudo. Após a leitura, foram excluídos 258 artigos que não estavam dentro do escopo deste trabalho, restando, ao final, 60 artigos para serem analisados.

Os artigos selecionados foram analisados nas seguintes dimensões: (i) demografia da produção acadêmica; (ii) periódicos; (iii) natureza da pesquisa; (iii) abordagem teórica;

(iv) métodos utilizados; (v) país analisado; (vi) objetivo da pesquisa e (vii) resultados de pesquisa.

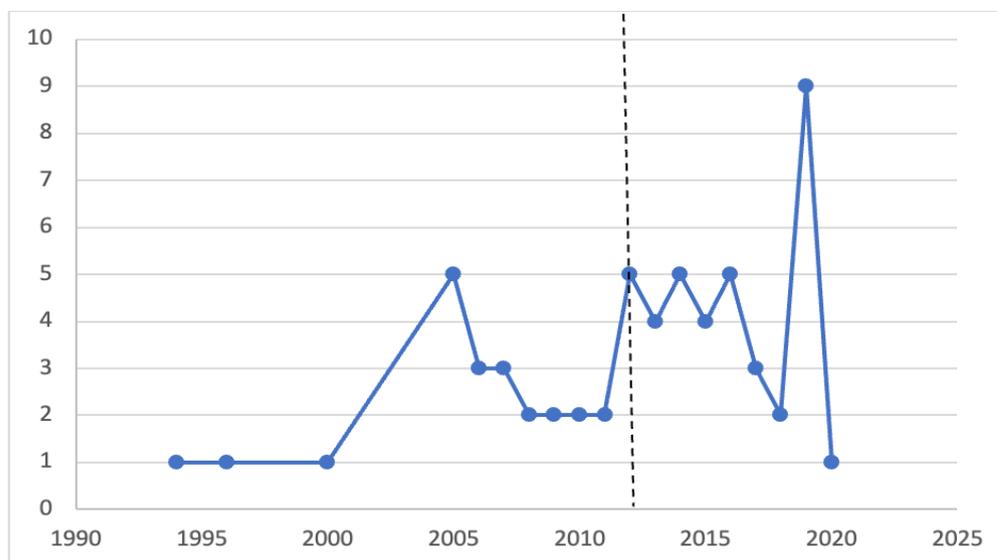
Com base nas informações extraídas das bases de dados, o restante deste estudo se concentra na análise e relatos dos resultados da revisão sistemática da literatura, por meio de uma análise descritiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante dos dados extraídos das bases utilizadas procedeu-se a análise descritiva quanto aos aspectos demográficos do campo de estudos dos efeitos do Direito de Propriedade Intelectual sobre a Inovação nos países da América Latina. Os resultados serão apresentados considerando as sete dimensões analíticas estabelecidas: (i) demografia da produção acadêmica; (ii) periódicos; (iii) natureza da pesquisa; (iii) abordagem teórica; (iv) métodos utilizados; (v) país analisado; (vi) objetivo da pesquisa e (vii) resultados de pesquisa. Optou-se em dividir a análise dos resultados em dois períodos. Sendo o primeiro de 1994, que é o ano da primeira publicação sobre o tema, indo até 2011. E o segundo, engloba os artigos publicados após a adesão de metade dos países da América Latina no referido acordo.

Quando se analisa a evolução anual da produção científica sobre o tema na figura 3, observa-se que houve um aumento no número de publicações a partir do ano de 2005, esse período coincide com o período de ajuste às normas para aplicação da regulamentação do acordo TRIPS dado aos países em desenvolvimento. Após esse período observa-se queda em relação ao número de publicações. Observa-se que quando a metade dos países latino-americanos aderiram ao acordo TRIPS, houve um aumento novamente em relação às publicações científicas. Observa-se que a partir de 2011, houve um crescimento, atingindo o pico das publicações em 2019.

Figura 3: Volume de publicação anual



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

O primeiro artigo publicado em 1994, intitulado *Brazil-US controversy on the impact of patenting in biotechnology: Some relevant questions for pharmaceuticals*, foi publicado no periódico *Science and Public Policy*. Nesse artigo, a autora identificou quais eram as restrições internacionais de aplicabilidade social da biotecnologia moderna no setor da saúde no Brasil. Foi constatado que no Brasil e nos outros países latino-americanos o patenteamento da biotecnologia, a pressão que os Estados Unidos faziam para a harmonização das leis não expressavam um interesse

particular, mas sim expressavam as demandas de diferentes grupos de interesse nos dois países. Além disso, a autora ressalta o quão prejudicial seria essa harmonização das leis para os países em desenvolvimento, visto que teriam dificuldades no acesso às informações científicas e tecnológicas, que poderiam comprometer o desenvolvimento de novas biotecnologias no setor de saúde (MARQUES, 1994).

Correa (2000) analisou as principais mudanças introduzidas nas leis de DPI nos países da América Latina desde o início de 1990 e verificaram até que ponto eles utilizaram o espaço de arbitragem permitido pelo acordo TRIPS para agirem ao nível nacional. O autor verificou que a maioria dos países latino-americanos obtiveram avanços significativos no processo de adaptação da legislação de DPI sob os padrões mínimos exigidos pelo acordo TRIPS.

Em relação aos artigos publicados no segundo período de análise da amostra. O primeiro artigo, publicado por Wang et al. (2012), examinou a relação entre o DPI e a inovação tecnológica sob a estrutura analítica dos países do Norte e países do Sul. Os autores encontraram que os efeitos de DPI mais forte na inovação dependiam do nível inicial de DPI no país, ou seja, o nível antes do acordo TRIPS. Assim, nem o DPI muito forte, nem muito fraco são propícios à inovação. Outro ponto encontrado, é que o nível ótimo de DPI nos países desenvolvidos é superior ao dos países em desenvolvimento, isso implica que a adoção da proteção de DPI dos países desenvolvidos pode ser ineficiente para os países em desenvolvimento.

Brander (2012), por meio de uma revisão de literatura, analisou se as políticas de DPI devem ser padronizadas entre os países e se essa proteção se tornou excessiva ao decorrer dos anos. Como resultado, foi encontrado que com excessiva proteção de DPI causa um efeito redistributivo regressivo e poucos efeitos de eficiência. De modo que, a descentralização coordenada é preferível. Além disso, muita proteção de DPI é vista como política comercial estratégica, cujo principal efeito é obter lucros, em vez de melhorar a eficiência econômica.

Na tabela 1 (próxima página) apresentam-se os 10 periódicos que mais publicaram sobre o tema da pesquisa. Observa-se que os 60 artigos selecionados foram publicados em 50 periódicos, dentre eles se destaca o Academia Revista Latinoamericana de Administración do Reino Unido, que possui o maior número de publicação dentre os periódicos da amostra. O Reino Unido se destaca em relação ao número de periódicos com publicações sobre o tema, possuindo ao total 28 periódicos. O segundo país com maior número de periódicos são os Estados Unidos com 12, seguido pelos Países Baixos com 3. De maneira em particular, a Espanha, Suíça, Brasil, China, Lituânia, Romênia e Alemanha, tiveram apenas 1 periódico com publicação.

Sobre o índice Herfindahl- Hirschman (H. Index), fornecido pelo Scimago Journal & Country Rank- SJR®, é possível verificar que a maioria das publicações sobre os efeitos do direito de propriedade intelectual sobre a inovação na América Latina foi publicada em periódicos com um índice H elevado. O índice H mais alto foi do periódico Strategic Management Journal (H= 253), seguido por Management Research (H= 221), Research Policy (H= 206), World Development (H=150) e em quinto lugar Agricultural Economics (H=96).

Tabela 1: Principais periódicos

Periódico	Quantidade	País	SJR	Índice H
<i>Academia Revista Latinoamericana de Administración</i>	4	Reino Unido	0,199	9
<i>Management Research</i>	3	Estados Unidos	6,08	221
<i>The Journal of International Trade & Economic Development</i>	3	Estados Unidos	0,475	N/A
<i>Competitiveness Review</i>	2	Reino Unido	0,632	19
<i>International Journal of Emerging Markets</i>	2	Reino Unido	0,369	22
<i>Journal of Economic Studies</i>	2	Reino Unido	0,503	35
<i>World Development</i>	1	Reino Unido	2,254	150
<i>Research Policy</i>	1	Países Baixos	3,409	206
<i>Strategic Management Journal</i>	1	Estados Unidos	8,835	253
Demais artigos	41			

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

A tabela 2 (próxima página) mostra os artigos que foram mais citados nas bases. Em relação ao primeiro período da amostra, o primeiro artigo com maior número de citações foi *Exchanging development for market access? Deep integration and industrial policy under multilateral and regional-bilateral trade agreements*. Esse artigo analisou as compensações do desenvolvimento envolvidas nas estratégias multilaterais contra as integrações regionais e bilaterais na economia internacional. O resultado da pesquisa evidenciou que ambas as estratégias de integração apresentaram trocas similares, enquanto os países em desenvolvimento alcançaram maior acesso ao mercado e oportunidades de especialização em troca de um espaço reduzido para a utilização de políticas industriais para a criação de novas capacidades produtivas. Além disso, as compensações são intensificadas em acordos regionais bilaterais (SHADLEN, 2005).

Khoury e Peng (2011), investigaram de que forma a adoção da Convenção de Paris sobre os direitos de propriedade industrial levou ao aumento das entradas de investimento direto estrangeiro. Segundo os autores, existe uma relação negativa entre o tempo da reforma e o recebimento do investimento direto estrangeiro, mas nos países com bases de inovação doméstica substanciais, essa relação se mostrou positiva.

Em relação ao segundo período da amostra, o artigo mais citado foi *Building an innovation-driven economy – the case of BRIC and GCC countries*. Os autores tiveram como objetivo, fazer uma análise das tentativas dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e do Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) de acompanhar o desenvolvimento nacional para construir uma economia orientada à inovação baseada no crescimento e riqueza. Os autores identificaram que os países do CCG gastam muito em P&D, mas os resultados foram pouco significativos. Já os países do BRIC estão alcançando os reconhecimentos dos líderes mundiais em inovação, apenas a Rússia apresenta resultados tardios. Além disso, foi constatado que o impulso em direção a uma economia baseada na inovação não depende do gasto total em P&D, mas sim na alocação eficiente de investimentos e da implementação rigorosa da estratégia de inovação (GACKSTATTER et al., 2014).

Khoury et al. (2014), analisaram como a qualidade dos DPI impacta os pedidos de patentes nos países em desenvolvimento. Como resultado, os autores encontraram que os inventores nacionais e estrangeiros respondem a diferentes sinais institucionais devido a diferentes posições como agentes institucionais. Desse modo, os inventores estrangeiros respondem mais positivamente à qualidade da proteção de DPI em países com sistemas políticos mais democráticos, enquanto os inventores domésticos, respondem mais positivamente à qualidade da proteção de DPI em países com maior

qualidade do sistema jurídico.

Tabela 2: Artigos com maior número de citação

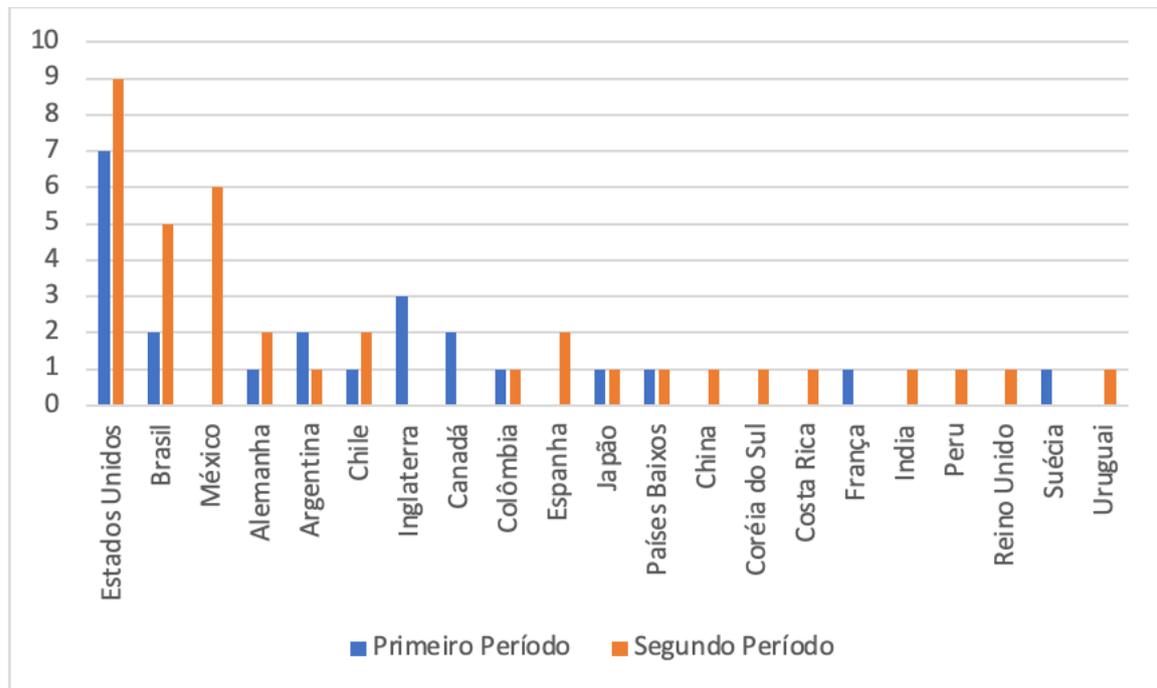
Primeiro Período			Segundo Período				
#	Título	Autoria	Número de citação	#	Título	Autoria	Número de citação
1º	<i>Exchanging development for market access? Deep integration and industrial policy under multilateral and regional-bilateral trade agreements</i>	Shadlen (2005)	277	1º	<i>Building an innovation-driven economy – the case of BRIC and GCC countries</i>	Gackstatter et al (2014)	47
2º	<i>Does institutional reform of intellectual property rights lead to more inbound FDI? Evidence from Latin America and the Caribbean</i>	Khoury & Peng (2011)	96	2º	<i>Institutional Outsiders and Insiders: The Response of Foreign and Domestic Inventors to the Quality of Intellectual Property Rights Protection</i>	Khoury et al. (2014)	36
3º	<i>TRIPS and the international public health controversies: Issues and challenges</i>	Coriat et al. (2006)	64	3º	<i>Knowledge transfer and university patents in Mexico</i>	Calderón-Martínez & García-Quevedo (2013)	21
4º	<i>Multimedia, Entertainment, and Business Software Copyright Piracy: A Cross-National Study</i>	Kranenburg & Hogenbirk (2009)	63	4º	<i>Innovation for economic performance: the case of Latin American firms</i>	Crespi et al. (2014)	21
5º	<i>Technological development and political stability: Patenting in Latin America and the Caribbean</i>	Waguespack et al. (2005)	50	5º	<i>Divergent patterns in institutional entrepreneurship of MNCs in emerging economies</i>	Becker-Ritterspach (2017)	19

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Sobre a concentração territorial por organização de vínculo do primeiro autor sobre as publicações do tema, destacam-se Estados Unidos, Brasil, México, Alemanha, Argentina, Chile e Inglaterra. Observa-se que os Estados Unidos se destacam com o número de autores, possuindo

16 autores, que corresponde a 16% da amostra. Seguido por Brasil e México com 7 e 6 autores respectivamente, conforme a figura 4.

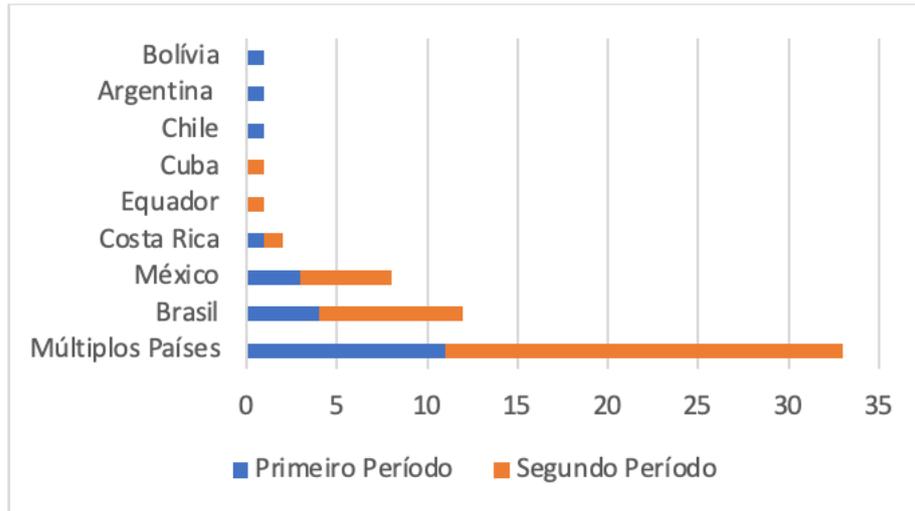
Figura 4: concentração territorial por organização de vínculo do primeiro autor



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

A figura 5 (próxima página) apresenta os países analisados pelos periódicos da amostra. Observa-se que a maioria dos artigos analisou mais de um país da América Latina. O Brasil foi o país mais analisado de maneira individual, sendo a sua maioria realizado no segundo período da amostra, totalizando quatro artigos no primeiro período e oito no segundo período. De maneira semelhante, o México foi analisado em oito estudos, três no primeiro período da amostra e cinco no segundo. Costa Rica com dois, um artigo em cada período. Equador e Cuba foram analisados em artigos do segundo período da amostra. Argentina e Bolívia com um artigo cada, analisados no primeiro período da amostra. A partir dessa análise, é possível verificar a lacuna existente na literatura sobre a análise individual de pequenas economias latino-americanas sobre os efeitos do direito de propriedade intelectual sobre a inovação.

Figura 5: Países analisados pelos artigos



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Observou-se nos artigos da amostra que as unidades de análise mais utilizadas foram as patentes, tanto industrial quanto universitárias e a aplicação e impactos do direito de propriedade intelectual nas economias latinas-americanas. Além disso, observou um grande volume de estudos que analisaram o setor de biotecnologia (7), a indústria farmacêutica (6), os efeitos na inovação (5) e as empresas multinacionais (5), conforme a tabela 3. Os estudos sobre a indústria farmacêutica foram em sua maioria feitos durante o primeiro período da amostra, ou seja, até o ano 2011. Esse fato pode ser justificado, pois os países latinos ainda não estavam dentro dos padrões de leis exigidos pelo TRIPS sobre o DPI, dessa forma, ainda poderia ocorrer a engenharia reversa dos medicamentos dentro do território latino-americano.

Além disso, os estudos sobre patentes se intensificaram no segundo período da amostra. Esse fato é justificado, pois com a proteção imposta com as normas do TRIPS sobre o DPI, os países ficam mais propensos a desenvolverem patentes.

Tabela 3: Principais setores analisados

Setor analisado	Primeiro Período	Segundo Período	Total
Patentes	2	8	10
Aplicação do DPI	5	5	10
Setor de Biotecnologia	3	4	7
Indústria Farmacêutica	5	1	6
Inovação	0	5	5
EMN	2	2	5
Setor agrícola	2	2	4
Pirataria	1	2	3
Comércio Digital	0	1	2
Setor de Manufatura	0	2	2
Pequenas e médias empresas	0	2	2
IDE	1	1	2
Setor Tecnológico	0	2	1
Capital Humano	0	1	1

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

As categorias mais representativas que emergiram na análise qualitativa quanto à abordagem teórica dos artigos tratavam de assuntos relacionados à Teoria Institucional e a Teoria Schumpeteriana, Teoria Neoliberal e o tratamento simultâneo da teoria institucional com a teoria dos custos de transação, como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4: Abordagens teóricas

Abordagem Teórica	Autores
Teoria Institucional	Calderón-Martínez & García-Quevedo (2013)
	Sweet (2010)
	Monge-González et al. (2016)
	Fakos & Merino (2017)
	Costamagna et al. (2019)
	Ketkar (2014)
	Sambharya & Rasheed (2015)
	Becker-Ritterspach et al. (2017)
	Rottig et al. (2019)
	Perez et al. (2018)
	Seo et al. (2015)
	Khoury et al. (2014)
	Khoury & Peng (2011)
Waguespack et al. (2005)	
Rochina-Barrachina & Rodríguez (2019)	
Sinha (2005)	
Teoria Schumpeteriana	Gackstatter (2014)
	Chu & Andreassi (2011)
	Oliva et al. (2019)
	Aguiar (2013)
Teoria Neoliberal	McCabe (2007)
	Cox (2008)
Teoria Institucional e Teoria dos Custos de Transações	Leger (2005)
	Cardweel & Kerr (2008)
Teoria de Solow	Misra et al. (2015)
Visão Baseada em Recurso (RBV)	Medina (1996)
Teoria da Economia do Conhecimento	Dautrey (2012)
Teoria da Economia Tradicional do Bem-Estar	Goldsmith et al. (2006)
Teoria do Protecionismo Econômico	Marques (1994)
Teoria da Convergência	Andrés & Asongu (2016)
Teoria da Regulamentação Econômica	Brander (2012)
Teoria do Agente	Morita & Sugawara (2014)
Teoria do Regime de Governança	Aguerre (2019)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

É possível analisar pela tabela 4 que no primeiro período de análise, três artigos utilizaram a teoria institucional, dois a teoria Schumpeteriana e a teoria de custos de transação e as teorias liberal, economia tradicional, visão baseada em recurso e do protecionismo estavam presentes em apenas um artigo cada uma.

Já no segundo período, existe uma predominância da teoria institucional, na qual dez artigos utilizaram essa teoria. Dois artigos utilizaram a teoria Schumpeteriana. E as teorias de Solow, convergência, regime de governança, narrativa teórica compartilhada, regulamentação econômica, teoria do agente e teoria do conhecimento. Nota-se uma maior abrangência de teorias utilizadas, mas com a predominância da teoria institucional.

Quanto ao delineamento metodológico dos artigos, observou-se destaque de análises com natureza qualitativa com maior frequência, sendo que as técnicas de entrevistas, análise documental e revisões de literatura apresentaram a mesma quantidade de utilização metodológica. Percebe-se também que nos trabalhos de natureza quantitativa, a técnica mais utilizada foi a de dados em painel. Em ambas as naturezas metodológicas, os dados utilizados são provenientes de fontes secundárias de coleta de dados, conforme observado na tabela 5.

Tabela 5: Descrição do delineamento metodológico dos artigos

Natureza Metodológica	Natureza dos dados	Técnica de análise	Artigo
Qualitativo	Primário	Entrevistas	Miller (2006)
			Sweet (2010)
			Mingo (2013)
			Oliva et al. (2019)
			Rottig (2019)
		Estudo de Caso	Leger (2005)
			Chu & Andreassi (2011)
			Godoy (2015)
			Goldsmith (2006)
			Etnografia
	Secundário	Revisão de Literatura	Aguiar (2013)
			Beltran-Morales (2020)
			Barragán-Ocaña (2019)
			Sinha (2005)
			Marr & Chancellor (2006)
		Análise Documental	Brander (2012)
			Becker-Ritterspach (2017)
			Aguerre (2019)
			Silva et al. (2017)
			Marques (2019)
Exploratória	Descritiva	Bianchi (2013)	
		Toro (2007)	
		Dautrey (2012)	
		Morita & Sugawara (2014)	
		Cox (2008)	
Coriat et al. (2006)			
Medina (1996)			
Marques (1994)			
Hemphill (2009)			
Wu & Longley (2007)			
Tang & Teodoro (2016)			
Shadlen (2012)			
McCabe (2007)			

Continua na próxima página

Continuação da Tabela 5

Natureza Metodológica	Natureza dos dados	Técnica de análise	Artigo
Quantitativo		Dados em Painel	Briggs (2010)
			Calderón-Martínez & García-Quevedo (2013)
			Wang et al. (2012)
			Monge-González et al. (2016)
			Costamagna et al. (2019)
			Sambharya & Rasheed (2015)
			Papageorgiadis et al. (2016)
			Nadkumar e Srikanth (2016)
			Khoury et al. (2014)
			Khoury & Peng (2011)
			Waguespack et al (2005)
			Gackstatter et al. (2014)
			Vaz (2019)
			Kranenburg & Hogenburk (2009)
German-Soto & Cantú (2018)			
Série Temporal			Seo et al. (2015)
			Rochina-Barrachina & Rodríguez (2019)
Modelo Probit			Fokos & Merino (2017)
			Perez et al. (2018)
			Crespi et al (2014)
Painel Dinâmico DEA			Andrés & Asongu (2016)
			Misra et al. (2015)
Misto	Primário	Modelo Multinível	Ketkar (2014)
		Modelo Analítico	Cardwell & Kerr (2008)

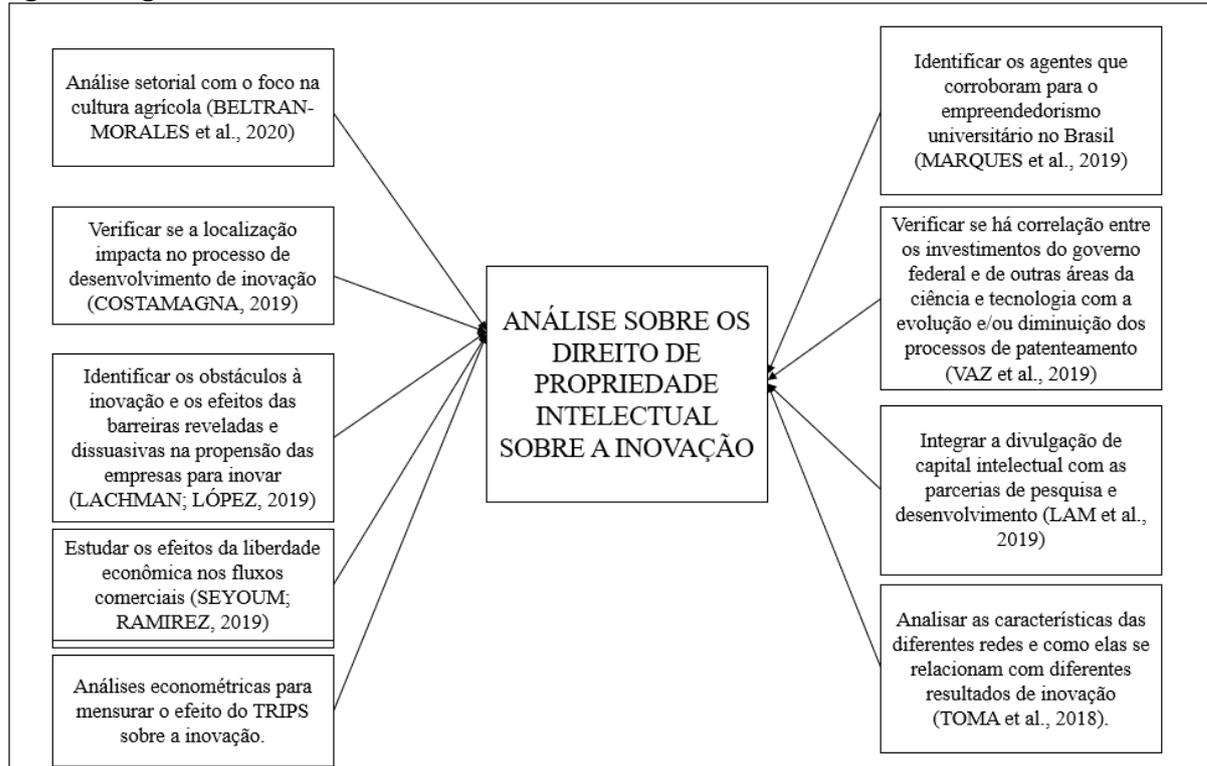
Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

Ao analisar o quadro 5, considerando os dois períodos de análise, observa-se que no primeiro período os artigos foram em sua maioria artigos qualitativos (17), sendo utilizado as técnicas de estudo descritivos (5), exploratórios (4), entrevistas (3), revisões de literatura (2), estudo de caso (2) e análise comparativa (1). Na subamostra do primeiro período, apenas quatro artigos eram de abordagem quantitativa, destes (3) utilizam dados em painel e (1) Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Além disso, um artigo utilizou abordagem mista.

Na subamostra do segundo período, foi composta por artigos que utilizaram em sua maioria a abordagem quantitativa (20), sendo (7) dados em painel, (4) modelo probit, (2) séries temporais, (1) modelo multinível, (1) DEA, e (1) MQO. A abordagem qualitativa foi utilizada em 18 artigos, sendo (4) revisões de literatura, (4) pesquisa documental, (3) entrevistas, (2) estudos descritivos, (1) modelo de geração, (1) informações cruzadas, (1) etnografia e (1) estudo de caso.

É apresentado na figura 6 (próxima página) uma agenda de estudos futuros, com os artigos da amostra dos anos de 2018 a 2020, que pode nortear novas pesquisas sobre a temática em questão.

Figura 6: Agenda de estudos futuros



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos resultados da pesquisa (2023)

A literatura existente sobre os efeitos do DPI sobre a inovação desenvolvida nos países da América Latina varia em foco e abordagem, principalmente quando se divide o período de análise em dois subperíodos, que abrange o antes e depois da adoção do acordo TRIPS. Existe uma concentração na discussão das análises que engloba vários países da região (como, por exemplo, MISRA et al., 2015; BRIGGS, 2010; BARRAGÁN-OCAÑA et al., 2019; AGUERRE, 2019; COSTAMAGNA et al., 2019), em menor quantidade são os que analisam o contexto único dos países (como os trabalhos de SWETT, 2010; CALDERÓN-MARTÍNEZ & GARCÍA-QUEVEDO, 2013; MONGE-GONZÁLEZ ET AL., 2016; ROCHINA-BARRACHINA & RODRÍGUEZ, 2019), desta forma a pesquisa identificou uma lacuna para estudos futuros.

Embora seja possível observar que a natureza dos estudos se diferenciou entre os dois períodos de análise, sendo os estudos de natureza qualitativas dominantes do primeiro período e estudos de natureza quantitativos durante o segundo período. Dessa forma, é possível constatar que no primeiro momento os estudos estavam voltados mais para análise e viabilidade de aplicação do DPI nas economias latino-americanas. Já no segundo período, houve uma predominância de estudos que testaram os efeitos da implementação do TRIPS e sua implicação na inovação dos países da América Latina.

Além disso, as evidências mostram que, entre as principais características dos artigos sobre o efeito do DPI sobre a inovação desenvolvida nos países da América Latina, o tema de estudo ainda é novo, uma vez que o pico de publicação foi em 2019. Ainda, o volume de produção sobre o tema ainda é relativamente pequeno.

Verificou-se que os locais onde os periódicos foram publicados e o país de vínculo do primeiro autor, são principalmente países de regiões desenvolvidas, tendo uma maior concentração de publicação no Reino Unido e maior número de autores com vínculo nos Estados Unidos, esses resultados refletem que o tema possui relevância internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre o direito de propriedade e seus efeitos na inovação nos países da América Latina para identificar como estes efeitos têm sido retratados pela literatura. Inicialmente foram identificadas as palavras-chave mais adequadas para a busca dos artigos nas bases de dados especializadas em publicações de trabalhos científicos. Este foi o primeiro passo para garantir a adequabilidade dos trabalhos a serem analisados. Em seguida, foi possível constatar o aumento do número de publicações sobre o tema após a entrada dos países latinos no acordo TRIPS, fato este que reflete a importância de se estudar sobre o tema.

Ressalta-se que a divisão da amostra dos resultados em dois períodos foi necessária, uma vez que o estudo sobre o tema atingiu o primeiro pico em 2005 e logo após houve um decréscimo de trabalhos sobre o tema, que retornou a apresentar crescimento após o ano de 2012. Dessa forma, com a divisão da amostra foi possível observar que os trabalhos do primeiro período (1994-2011) focaram em sua maioria na aplicação do DPI nas economias latinas e os possíveis efeitos. Além disso, os trabalhos eram predominantemente de natureza qualitativa. Os artigos do segundo período (2012-2020), o foco de estudo está relacionado aos efeitos práticos do acordo TRIPS sobre o desenvolvimento de novas patentes e inovação.

Foi possível concluir que após a adesão dos países latino-americanos ao acordo TRIPS que institui padrões mínimos de DPI, a literatura retrata que houve um progresso na inovação e no desenvolvimento de patentes nesses países. A literatura aponta, que o progresso na inovação está ocorrendo tanto pela intensificação e ampliação do setor tecnológico quanto pelo estímulo para a ampliação do capital humano qualificado. Além disso, foi apontado nos resultados da pesquisa, muitos trabalhos que estão verificando a aplicação do DPI, isso reflete o quanto novas são essas regulamentações nos países latinos.

Como contribuição, esta revisão destaca que o desenvolvimento de modelos econométricos no contexto individual dos países da América Latina pode possibilitar a investigação dos efeitos sobre a inovação resultantes do aumento do nível de proteção dos DPI nesta região. Além disso, estudos dessa natureza contribuiriam para o preenchimento da lacuna existente sobre análise de pequenas economias latino-americanas sobre os efeitos do DPI sobre a inovação. Entretanto, a precedência dos resultados quantitativos indica a necessidade de ampliar o uso da pesquisa qualitativa sobre o tema, com vistas a robustecer a validade dos resultados da investigação.

Baseado na revisão sistemática da literatura, o presente artigo contribui de maneira significativa para o aprofundamento da análise dos efeitos do DPI sobre a inovação dos países da América Latina, e a visão dos pesquisadores dessa área do conhecimento. A principal limitação desta revisão é a utilização de artigos em apenas uma técnica de revisão, de modo que novos trabalhos de revisão podem ser feitos sobre a temática utilizando diferentes técnicas, como as revisões integrativas ou bibliométrica, visando aprofundar os dados e informações acerca dos artigos analisados. Sugere-se que trabalhos futuros poderiam analisar outros tópicos específicos relacionados às economias emergentes, de maneira especial a América Latina e ao tema inovação. Além disso, uma possibilidade de pesquisa futura centra-se na análise comparativa entre os trabalhos desenvolvidos na América Latina e nos países asiáticos.

REFERÊNCIAS

AGUERRE, Carolina. Digital trade in Latin America: mapping issues and approaches. **Digital Policy, Regulation and Governance**, 2019.

AGUIAR, José Carlos G. Smugglers, fayuqueros, piratas: transitory commodities and illegality in the trade of pirated CDs in Mexico. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**, v. 36, n. 2, p. 249-265, 2013.

ANDRÉS, Antonio Rodríguez; ASONGU, Simplicio. Global trajectories, dynamics, and tendencies of business software piracy. **Journal of Economic Studies**, 2016.

BARAKAT, Livia Lopes. Knowledge Management Mechanisms at MNCs and the Enhancing Effect of Absorptive Capacity. **AIB Insights**, v. 22, n. 4, p. 1-5, 2022.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. (1977). **Lisboa (Portugal): Edições**, v. 70, p. 225, 2010.

BARRAGÁN-OCAÑA, Alejandro et al. Production, commercialization, and intellectual property of transgenic crops in Latin America. **Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies**, 2019.

BECKER-RITTERSPACH, Florian; LANGE, Knut; BECKER-RITTERSPACH, Jutta. Divergent patterns in institutional entrepreneurship of MNCs in emerging economies. **Critical perspectives on international business**, 2017.

BELTRAN, Luis Felipe et al. Technology transfer offices as promoters of technology, innovation and regional development in Mexico. **International Journal of Innovation**, v. 8, n. 1, p. 121-136, 2020.

BIANCHI, Carlos. The role of innovation policies in the Brazilian health biotechnology regime. **Latin American Business Review**, v. 14, n. 3-4, p. 309-332, 2013.

BRANDER, James A. Intellectual property protection as strategic trade policy. **Asia-Pacific journal of accounting & economics**, v. 14, n. 3, p. 195-217, 2007.

BRANDER, James A.; CUI, Victor; VERTINSKY, Ilan. China and intellectual property rights: A challenge to the rule of law. **Journal of International Business Studies**, v. 48, n. 7, p. 908-921, 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. **Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência**, São Paulo, nº 248-A, Seção 1, pág. 21.394. 1994.

BRIGGS, Kristie. Intellectual property rights and development: the spatial relationships. **Journal of Economic Studies**, 2010.

CALDERÓN-MARTÍNEZ, María Guadalupe; GARCÍA-QUEVEDO, José. Knowledge transfer and university patents in Mexico. **Academia Revista Latinoamericana de Administración**, 2013.

CARDWELL, Ryan; KERR, William A. Protecting biotechnology IPRs in developing countries: Simple analytics of a levy solution. **Journal of agricultural economics**, v. 59, n. 2, p. 217-236, 2008.

CHATTOPADHYAY, Shinjinee; BERCOVITZ, Janet. When One Door Closes, Another Door Opens... for some: Evidence from the Post-TRIPS Indian Pharmaceutical Industry. **Strategic Management Journal**.

CHU, Daniel; ANDREASSI, Tales. Management of technological innovation. **Management Research: Journal of the Iberoamerican Academy of Management**, 2011.

CONTRACTOR, Farok J. et al. How do country regulations and business environment impact foreign direct investment (FDI) inflows?. **International Business Review**, v. 29, n. 2, p. 101640, 2020.

CORIAT, Benjamin; ORSI, Fabienne; D'ALMEIDA, Cristina. TRIPS and the international public health controversies: issues and challenges. **Industrial and corporate change**, v. 15, n. 6, p. 1033-1062, 2006.

CORREA, Carlos M. Reforming the intellectual property rights system in Latin America. **The World Economy**, v. 23, n. 6, p. 851-851, 2000.

COSTAMAGNA, Rodrigo; CARLIER, Sandra Idrovo; MENDI, Pedro. Initial informality as an obstacle to intellectual capital acquisitions. **Journal of Intellectual Capital**, 2019.

COX, Ronald W. Transnational capital, the US State and Latin American trade agreements. **Third World Quarterly**, v. 29, n. 8, p. 1527-1544, 2008.

CRESPI, Gustavo et al. Innovation for economic performance: the case of Latin American firms. **Eurasian Business Review**, v. 4, n. 1, p. 31-50, 2014.

CRONIN, Patricia; RYAN, Frances; COUGHLAN, Michael. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British journal of nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

DA SILVA VAZ, Vitor Hugo; BATISTA, Jorge Maikel Alves; PAIXÃO, Ana Eleonora Almeida. Investments in the Brazilian Space Agency and the patenting process: a correlation analysis. **Innovation & Management Review**, 2019.

DATTA, Pratim; BHATTACHARYYA, Kuntal. Innovation returns and the economics of offshored IT R&D. **Strategic Outsourcing: An International Journal**, 2012.

DAU, Luis Alfonso; MOORE, Elizabeth M.; KOSTOVA, Tatiana. The impact of market based institutional reforms on firm strategy and performance: Review and extension. **Journal of World Business**, v. 55, n. 4, p. 101073, 2020.

DAUTREY, Philippe. La economía del conocimiento en América Latina: ¿hacia la irrelevancia?. **Cuadernos geográficos de la Universidad de Granada**, v. 50, n. 1, p. 169-188, 2012.

FAKOS, Alexandros; MERINO, Maria. Multinational franchise entry and institutional quality: evidence from Mexican cities. **Management Research: Journal of the Iberoamerican Academy of Management**, 2017.

FISMAN, Raymond; BRANSTETTER, Lee G.; FOLEY, C. Fritz. **Do stronger intellectual property rights**

increase international technology transfer? Empirical evidence from US firm-level panel data. The World Bank, 2004.

GACKSTATTER, Steffen; KOTZEMIR, Maxim; MEISSNER, Dirk. Building an innovation-driven economy—the case of BRIC and GCC countries. *Foresight*, 2014.

GERMAN-SOTO, Vicente; CANTÚ, Joana Cecilia Chapa. Structural change in the international patenting level: the TRIPs agreement's role. *International Journal of Technological Learning, Innovation and Development*, v. 10, n. 2, p. 131-158, 2018.

GODOY, Angelina Snodgrass. Market myths and assumptions: Examining the transnational politics of access to medicines campaigning in central america. *Studies in Comparative International Development*, v. 50, n. 2, p. 187-202, 2015.

GOLDSMITH, Peter; RAMOS, Gabriel; STEIGER, Carlos. Intellectual property piracy in a North–South context: empirical evidence. *Agricultural Economics*, v. 35, n. 3, p. 335-349, 2006.

GONZÁLEZ, Claudia Angélica CÓRDOVA; ELORZA, Mónica Chávez. Review of the International Patent System: From the Venice Statute to Free Trade Agreements. *Mexican Law Review*, v. 13, n. 1, p. 65-100, 2020.

GRIMALDI, Michele; GRECO, Marco; CRICELLI, Livio. A framework of intellectual property protection strategies and open innovation. *Journal of Business Research*, v. 123, p. 156-164, 2021.

HEMPHILL, Thomas A. Pharmaceutical patent expropriation and technology strategy: strategic options to compulsory licensing. *Technology Analysis & Strategic Management*, v. 22, n. 1, p. 19-41, 2010.

KAMIIKE, Atsuko. The TRIPs agreement and the pharmaceutical industry in India. *Journal of Interdisciplinary Economics*, v. 32, n. 1, p. 95-113, 2020.

KETKAR, Sonia. The rules of global engagement for developing country firms. *Competitiveness Review*, 2014.

KHOURY, Theodore A.; CUERVO-CAZURRA, Alvaro; DAU, Luis Alfonso. Institutional outsiders and insiders: The response of foreign and domestic inventors to the quality of intellectual property rights protection. *Global Strategy Journal*, v. 4, n. 3, p. 200-220, 2014.

KHOURY, Theodore A.; PENG, Mike W. Does institutional reform of intellectual property rights lead to more inbound FDI? Evidence from Latin America and the Caribbean. *Journal of World Business*, v. 46, n. 3, p. 337-345, 2011.

LÉGER, Andréanne. Intellectual property rights in Mexico: Do they play a role?. *World Development*, v. 33, n. 11, p. 1865-1879, 2005.

MARQUES, Humberto Rodrigues et al. University entrepreneurship in Brazil. *World Journal of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development*, 2019.

MARQUES, Marília Bernardes. Brazil-US controversy on the impact of patenting in biotechnology: some relevant questions for pharmaceuticals. **Science and Public Policy**, v. 21, n. 3, p. 165-172, 1994.

MARR, Ana; CHANCELLOR, Tim. How can the poor benefit from private investment in agricultural research? A case study from Bolivia. **Development in Practice**, v. 15, n. 3-4, p. 325-336, 2005.

MCCABE, Ariane. Rhetorics of power and development: intellectual property rights and the pharmaceutical industry in Brazil. **Perspectives on Global Development and Technology**, v. 6, n. 4, p. 585-610, 2007.

MEDINA, Nila M. Transfer of technology to Latin American countries: can joint ventures be a substitute for intellectual property rights?. **Journal of Global Marketing**, v. 10, n. 1, p. 69-88, 1996.

MEMILI, Esra et al. Cross-country technology gap in Latin America: Growth accounting and non-parametric approaches. **Cross Cultural Management**, v. 22, n. 4, p. 630-648, 2015.

MENG, Sam; CHEN, George S. A new patent system to usher in a new economy. **Economics of Innovation and New Technology**, v. 28, n. 8, p. 775-797, 2019.

MILLER, Michael J. Biodiversity policy making in Costa Rica: Pursuing indigenous and peasant rights. **The Journal of Environment & Development**, v. 15, n. 4, p. 359-381, 2006.

MINGO, Santiago. Entrepreneurial ventures, institutional voids, and business group affiliation: the case of two Brazilian start-ups, 2002-2009. **Academia Revista Latinoamericana de Administración**, 2013.

MONGE-GONZÁLEZ, Ricardo; RODRÍGUEZ-ALVAREZ, Juan Antonio; LEIVA, Juan Carlos. An impact evaluation of a fund to finance innovation in SMEs. **Academia Revista Latinoamericana de Administración**, 2016.

MORITA, Tadashi; SUGAWARA, Kouki. Human capital and FDI: Development process of the developing country in an overlapping generation model. **The Journal of International Trade & Economic Development**, v. 24, n. 7, p. 922-946, 2015.

MORRIS, Shad et al. From local modification to global innovation: How research units in emerging economies innovate for the world. **Journal of International Business Studies**, v. 54, n. 3, p. 418-440, 2023.

NANDKUMAR, Anand; SRIKANTH, Kannan. Right person in the right place: How the host country IPR influences the distribution of inventors in offshore R&D projects of multinational enterprises. **Strategic Management Journal**, v. 37, n. 8, p. 1715-1733, 2016.

NARULA, Rajneesh. Exploring the paradox of competence-creating subsidiaries: balancing bandwidth and dispersion in MNEs. **Long Range Planning**, v. 47, n. 1-2, p. 4-15, 2014.

OLIVA, Fábio Lotti et al. Innovation in the main Brazilian business sectors: characteristics, types and comparison of innovation. **Journal of Knowledge Management**, 2019.

OMC. Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. 1994. Disponível em: : <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/>

OMC. Adesão dos países ao acordo TRIPS. 2020. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/amendment_e.htm> Acesso em : 09 de abril de 2020.

PAPAGEORGIADIS, Nikolaos; ALEXIOU, Constantinos; NELLIS, Joseph G. International licensing revisited: the role of copyright and trademark enforcement strength. **European Journal of Innovation Management**, 2016.

PENG, Mike W. et al. An institution-based view of global IPR history. **Journal of international business studies**, v. 48, p. 893-907, 2017.

PÉREZ, Catalina Toro. US hemispheric security, intellectual property, and biodiversity in the Andes. **Latin American Perspectives**, v. 34, n. 1, p. 120-128, 2007.

PÉREZ, Jorge A. Heredia et al. Impact of competition from unregistered firms on R&D investment by industrial sectors in emerging economies. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 133, p. 179-189, 2018.

PISCITELLO, Lucia; THAKUR-WERNZ, Pooja. Impact of domestic and foreign knowledge mechanisms on the innovation performance of Indian firms. **International Business Review**, p. 102107, 2023.

RAZZAQ, Asif; AN, Hui; DELPACHITRA, Sarath. Does technology gap increase FDI spillovers on productivity growth? Evidence from Chinese outward FDI in Belt and Road host countries. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 172, p. 121050, 2021.

ROCHINA-BARRACHINA, María Engracia; RODRÍGUEZ, Jorge Antonio. Innovation drivers in Ecuadorian manufacturing. **Management Research: Journal of the Iberoamerican Academy of Management**, 2019.

ROTTIG, Daniel; MUSCARELLA, Sebastian; DE OLIVEIRA, Rui Torres. Managing formal institutional challenges when entering Cuba. **International Journal of Emerging Markets**, 2019.

SAGGI, Kamal; IVUS, Olena. The protection of intellectual property in the global economy. In: **Oxford Research Encyclopedia of Economics and Finance**. 2020.

SAHASRANAMAM, Sreevas; RENTALA, Satyanarayana; ROSE, Elizabeth L. Knowledge sources and international business activity in a changing innovation ecosystem: A study of the Indian pharmaceutical industry. **Management and Organization Review**, v. 15, n. 3, p. 595-614, 2019.

SAMANT, Shantala; THAKUR-WERNZ, Pooja; HATFIELD, Donald E. The impact of differences in internationalization processes on innovation by emerging economy firms. **International Journal of Emerging Markets**, n. ahead-of-print, 2021.

SAMBHARYA, Rakesh B.; RASHEED, Abdul A. Does economic freedom in host countries lead to increased foreign direct investment?. **Competitiveness Review**, 2015.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalism, Socialism, and Democracy & E 3rd Ed.** 1950.

SEO, Hwan-Joo; KIM, Han Sung; LEE, Young Soo. Does the strengthening of IPRs widen the growth gap?. **Technological and Economic Development of Economy**, v. 21, n. 2, p. 232-256, 2015.

SHADLEN, Kenneth C. Exchanging development for market access? Deep integration and industrial policy under multilateral and regional-bilateral trade agreements. **Review of international political economy**, v. 12, n. 5, p. 750-775, 2005.

SHADLEN, Kenneth C. The Mexican exception: patents and innovation policy in a non-conformist and reluctant middle income country. **The European Journal of Development Research**, v. 24, n. 2, p. 300-318, 2012.

SILVA, Kelyane et al. Academic patenting in Brazil: the role of academic inventors in PCT patent applications–2002-2012. **Academia Revista Latinoamericana de Administración**, 2017.

SINHA, Dipendra. The WTO and the developing countries: A review of issues. **International Journal of Development Issues**, 2005.

SJR. SCImago Journal & Country Rank: about us. 2020. Disponível em:

SWEET, Cassandra. Indian pharmaceuticals in Brazil: emerging multinationals in emerging markets. **International Journal of Emerging Markets**, 2010.

TANG, Yi Shin; TEODORO, João Paulo Hernandes. The Politics and Outcomes of Preferential Trade Strategies: Evidence from TRIPS-Plus Provisions in US-Latin America Relations. **Journal of World Trade**, v. 50, n. 6, p. 1061-1084, 2016.

TOMIZAWA, Aki et al. Economic growth, innovation, institutions, and the Great Enrichment. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 37, p. 7-31, 2020.

VAN KRANENBURG, Hans; HOGENBIRK, Annelies. Multimedia, entertainment, and business software copyright piracy: A cross-national study. **Journal of Media Economics**, v. 18, n. 2, p. 109-129, 2005.

VERBEKE, Alain. **International business strategy**. Cambridge University Press, 2013.

WAGUESPACK, David Matthew; BIRNIR, Jóhanna Kristín; SCHROEDER, Jeff. Technological development and political stability: Patenting in Latin America and the Caribbean. **Research policy**, v. 34, n. 10, p. 1570-1590, 2005.

WANG, Hua; LAI, Mingyong; SPIVAKOVSKY, Maxim. Does IPR promote innovation? New evidence from developed and developing countries. **Journal of Chinese Entrepreneurship**, 2012.

WORLD BANK. Disponível em:< https://todata360.worldbank.org/indicators/BN.KLT.DINV.CD?country=BRA&indicator=1540&countries=USA&viz=line_chart&years=1960,2018> Acesso em:

30 de mar de 2020.

WORLD ECONOMIC FORUM. World Economic Forum Global Competitiveness Index. Disponível em: < <https://todata360.worldbank.org/indicators/>